

BOLETIM ADUNICAMP

http://www.adunicamp.org.br e-mail: adunica@uol.com.br tel./fax (019) 289-1148 / 289-5229 / 788-8152 / 788-7173

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp Campinas, São Paulo Nº 20 01/10/98

Deputados debatem saídas para a universidade pública

A Adunicamp promoveu um debate em defesa da universidade pública com a presença dos deputados estaduais Cesar Callegari (PSB) e José Baccarin (PT). Callegari é candidato novamente a deputado estadual. Baccarin concorre a uma vaga na Câmara Federal. A seguir, transcrevemos os principais trechos de suas falas durante o debate realizado no auditório da Adunicamp, no último dia 22 de setembro.

CESAR CALLEGARI - No que se refere à educação, que envolve todos os níveis, inclusive o setor universitário de ensino e pesquisa, o que nós constatamos é que, por exemplo, na Assembléia Legislativa de São Paulo é uma ínfima minoria de deputados e deputadas que se interessam de fato, que se dedicam de fato a essa causa. A educação diz muito à respeito da qualidade e qualidade não se inaugura, não se coloca placa, não se solta foguete, e uma certa prática política fisiológica dominante tem uma verdadeira repulsa desse caminho, que é o caminho mais difícil. Acho que os deputados que acabam abraçando essas causas, as chamadas causas ligadas ao campo da justiça social, são os que têm mais dificuldade para participar de eleições e também para o exercício do seu mandato parlamentar.

Discutir política educacional sem prever aumento de recursos para educação é demagogia

Fiz essa abertura para dizer que nós temos que encontrar caminhos, sobretudo de mobilização da juventude, talvez buscando novas linguagens, novas formas de participação. No que se refere à questão das universidades públicas de São Paulo, eu gostaria de dizer o seguinte: pelo óbvio, a questão das universidades está muito ligada ao contexto das políticas educacionais do Estado como um todo, quer dizer, ela não pode divorciar a universidade do ensino básico de primeiro e segundo graus, e tampouco das políticas posteriores no que se refere à área de aperfeiçoamento, programas de pós-graduação, e portanto à área de ensino e pesquisa. E o que eu acho que é mais importante destacar aqui, no que se refere à questão das políticas educacionais, é que sempre será demagógico qualquer tipo de discussão sobre política de educação no estado de São Paulo e no Brasil se nós não tivermos uma clareza a respeito da disposição dos diferentes candidatos e das políticas governamentais no que se refere a aplicar mais recursos na área educacional. Qualquer coisa que se fale que não passe por esse pressuposto de aplicação de recursos que financie esse sistema cai no vazio porque isso é fundamental.

A educação perdeu 25% do que deveria receber por ano

Por incrível que possa parecer, a legislação brasileira e paulista em particular é até avançada no que se

refere a financiamento da educação. O estado de São Paulo é obrigado pela Constituição a aplicar pelo menos 30% daquilo que recebe de impostos próprios e compartilhados com o governo federal em educação. Nestes últimos três anos, a aplicação de investimentos em educação feitos pelo governo Mário Covas não ultrapassou a casa dos 23%, do que deveria ser investido. Chegamos ao final deste período governamental com a sonegação de recursos devidos e obrigatórios para a área de educação da ordem de 5 bilhões e 500 milhões de reais. Se esse recurso não fosse desviado, como é desviado sistematicamente, e aliás comprovadamente desviado, todo o nosso sistema educacional público teria hoje um patamar material da sua própria sustentação muito mais equilibrado, muito mais potente.

Essa sonegação corresponde a uma perda de 25% ao ano de recursos da educação e isso faz uma falta que todos nós sabemos o que significa. Significa baixos salários de professores, baixos salários de funcionários, um nível precário, em muitas unidades do sistema educacional de equipamentos, de tecnologia, de incentivo à pesquisa... Isso é muito grave. E, a questão da sonegação de recursos da área da educação é uma matéria de competência puramente do Legislativo, porque é obrigação dos deputados, sejam eles deputados federais ou estaduais, fiscalizarem os atos do governo perante o que a lei estabelece.

O que a gente percebe é que se a base, o time, a bancada daqueles comprometidos com a causa da educação fosse mais robusta na Assembléia Legislativa de São Paulo, esse desfalque educacional que nós estamos verificando não teria acontecido. Os deputados, como todos nós sabemos, tem a sua atribuição básica de elaboração ou de participação na construção das leis, mas tem uma outra responsabilidade que é a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

As universidades públicas paulistas estão perdendo 95 milhões de reais em 1998

Outro ponto é a responsabilidade do parlamentar de procurar colaborar para a organização da sociedade para que ela mesma possa conquistar os seus objetivos. Com o não cumprimento da constituição as universidades públicas paulistas em 1998 estão perdendo 95 milhões de reais. Esse desfalque, não me parece um dinhei-

ro pouco. Imagina todo o resto da rede de ensino. A sonegação anual tem sido na casa de um bilhão e 600 milhões de reais. Então, isso é uma questão fundamental de se pensar e de se agir nesse momento em que as pessoas estão procurando melhores informações para que possam se posicionar adequadamente em relação às eleições. Portanto, se os governantes apenas cumprirem o que determina a Constituição, nós teremos um aumento substantivo dos recursos para educação no Estado e em decorrência disso, para as universidades.

É preciso definir na Constituição do estado a parcela mínima de recursos para as universidades públicas paulistas

O segundo ponto: é evidente que as universidades públicas do nosso Estado só têm autonomia no papel, porque, se a cada ano, como nós temos visto, a autonomia que basicamente significa autonomia sobre recursos para que seus projetos possam ser desenvolvidos na área de ensino, pesquisa e extensão, se esse recursos ficam sempre na marca do pênalti e à mercê do bom e do mau humor dos governantes de plantão, não há autonomia para uma instituição que precisa planejar o seu trabalho com metas de 10, 15, 20 anos, como é o caso das universidades. Então, eu considero que é uma providência absolutamente indispensável que nós tenhamos força política, dedicação e compromisso no sentido de colocar no texto da Constituição do Estado a parcela mínima que deve caber às universidades públicas de São Paulo. Eu sou autor de um projeto de emenda constitucional que está tramitando no Assembléia Legislativa, exatamente fixando isso e acho que isso tem que ser aprovado. É uma forma de garantir pelo menos um patamar básico de autonomia, sem o que ela não existe. Essas mobilizações que tem havido a cada ano em defesa dos 11%, dos 11,5%, tudo isso é muito importante, mas nessas mobilizações não pode estar tudo em jogo. Você tem que estabelecer mobilizações até para acréscimos anuais, desde que seja garantido um patamar básico e eu vejo que isso tem que estar na Constituição. Essa é uma proposta que a gente tem defendido muito. Isso preserva aquilo que está escrito até na Constituição de São Paulo referente à autonomia das universidades. Mas não há autonomia se o seu direito por uma parcela do financiamento educacional não for consagrado e não for respeitado pelos governantes. Eu acho que isso pode significar um avanço muito importante.

O terceiro ponto que eu gostaria de destacar diz respeito à questão do que eu imagino que sejam os grandes momentos que nós vamos enfrentar nos próximos anos à partir do sistema universitário. É quase que desnecessário dizer que eu defendo, o nosso partido, o PSB defende intransigentemente a universidade pública e gratuita. Eu, entretanto, acho que nos próximos anos, a universidade precisa estar enfrentando mais de perto um enorme desafio, que é o desafio de qualificação do ensino básico brasileiro. Eu acho que essa é uma questão muito importante, independente de tudo aquilo que a universidade já faz. Nós não podemos nos colocar de costas, ou fechar os olhos em relação a esse grande desafio. Se nós não tivermos um investimento, realmente uma mudança rigorosa no ensino fundamental e médio em termos de qualidade, o colapso das universidades já está estabelecido porque vem de baixo, vem de todo o sistema.

As universidades públicas paulistas devem contribuir mais para a melhoria do ensino de primeiro e segundo graus

Eu vejo que a participação das três universidades públicas - Unicamp, USP e Unesp - é relativamente pequena em relação a esse esforço. A qualificação, a requalificação, aperfeiçoamento profissional, a extensão

universitária voltada às escolas de primeiro e segundo graus me parece uma meta fundamental que tem que ser encarada por todas as unidades, todas as áreas de ensino e pesquisa universitária do nosso Estado. Nós temos cerca de 240 mil profissionais que atuam na educação básica no Estado de São Paulo. Esses profissionais estão vindo trabalhar formando garotos e garotas cada vez com um nível de precariedade maior, por conta inclusive do acúmulo de erros e desconsideração de governos seguidos, e essa missão é uma missão fundamental.

A LDB para a educação determina que em 10 anos os professores que ministram aula no ensino fundamental e médio no Brasil obrigatoriamente têm que ter curso superior. Bom, nós não podemos outra vez responsabilizar o professor pelo fato de não ter nível superior. Qual é a energia, a dedicação e realmente o projeto que as universidades públicas vão elaborar com vistas a proporcionar o ensino superior no Estado de São Paulo para 60 mil docentes que militam nas escolas públicas no nosso Estado que não têm curso superior? Ou será que nós vamos dizer: precisa, mas vocês que se virem, vão procurar faculdades de fim de semana a preços altíssimos. Além disso, a qualificação de nível superior, o aperfeiçoamento, o desenvolvimento de novas tecnologias, não apenas de ensino e aprendizagem, mas também de gestão, é fundamental. Nós todos defendemos a autonomia não apenas para as universidades. Nosso partido defende com muita ênfase a idéia de autonomia no sistema educacional. E autonomia também tem que ser garantida no que diz respeito ao universo das escolas que nós temos em São Paulo. São mais de seis mil escolas, mais de seis milhões de alunos, 320 mil educadores, entre professores e funcionários, isso é uma coisa que tem que ser cultivada, e felizmente no Estado de São Paulo, nós temos isso, uma base de ensino e pesquisa no campo universitário que necessita ser amplamente mobilizado nesses próximos anos, se nós quisermos fazer coisas sérias em matéria de educação. Precisa de recursos, mas as universidades não podem fugir daquilo que eu acho que é a grande responsabilidade delas nos próximos 10, 15 anos em São Paulo, que é dar essa cota de contribuição à base do sistema educacional, que é o ensino de primeiro e segundo graus.

JOSÉ BACCARIN - Eu tenho a avaliação de que é preciso estimular um pouco mais a reação ao que está acontecendo no país. Nós não temos conseguido criar movimentos importantes que pelo menos promovam o debate político neste país. Eu participei de várias campanhas, inclusive como candidato, mas não me lembro de uma eleição tão fria e sem debate quanto esta. Há um certo amortecimento, a nação parece que passou por uma lavagem cerebral, muitas pessoas estão conformadas, achando que a coisa está ruim e que tudo pode ficar pior ainda se não tiver continuidade o que está aí. Mas isso não deve ser motivo de desânimo para ninguém. Eu acho que a universidade tem o papel não só de se defender enquanto instituição pública, mas tentar inclusive ampliar sua participação na sociedade e estimular o debate necessário nesse momento. E eu vejo que a defesa da universidade pública hoje, diante da situação política é mais difícil ainda. Sabemos que a situação em que foi levada a nação pelos governantes brasileiros, é fruto não apenas de uma crise mundial, é uma situação que vai colocar em risco a continuidade da universidade pública.

Crise na indústria afeta arrecadação do ICMS e a verba para as universidades

A cada dia que passa a gente percebe o agravamento da situação da economia brasileira e das finanças

públicas. Hoje mesmo os jornais noticiam um programa de demissões voluntárias na General Motors, e não tem limite para essas demissões. A GM disse que quantos pedirem demissão ela vai aceitar. E isso não é só na GM. A Ford, a Volks e a Fiat estão em férias coletivas nesse momento, num período do ano em que as indústrias começam a aumentar sua produção por conta do final do ano, do décimo terceiro salário. A crise é profunda no setor industrial brasileiro. E isso se reflete na própria universidade, na medida em que a indústria automobilística é a principal pagadora de ICMS no Estado de São Paulo. O segundo maior pagador é o setor de combustíveis. Então imagina o que vai acontecer até o final do ano no fisco estadual. O problema é que o governo baseou todas as mudanças em diversas questões: uma delas na própria abertura comercial brasileira, estimulando importações para combater a inflação, desestimulando exportações, o que significa uma mudança muito grande na estrutura industrial e econômica do Brasil.

Certamente eles estão pensando que vai surgir dessa destruição toda, algo novo, algo mais robustecido. Será que é verdade isso? Será que a indústria brasileira, a economia brasileira, depois dessa quebradeira generalizada, consegue novamente ser pujante, consegue ter um índice de crescimento que atenda a demanda por novos postos de trabalho?. A população brasileira continua crescendo. Eu estou muito desconfiado que não vai acontecer isso não, que nós vamos ter só destruição. Que a criação vai ser muito pequena. E associada a essa abertura

do mercado externo puseram uma política de juros muito altos, e mesmo agora com esse aumento dos juros do último período, nós não estamos conseguindo tapar a hemorragia. Será que o governo tem segurança mesmo em relação à administração que está impondo ao país?

E uma outra característica do programa econômico deles foi a política de diminuição do Estado, de privatização. Estão vendendo já a metade do nosso patrimônio de 180 bilhões de reais. O governo visa estimular novos investimentos com às privatizações, resolver com isso as dívidas para gerar recursos a serem destinados às áreas tipicamente de governo, como segurança, educação e saúde. Acontece que nós já vendemos metade do nosso patrimônio e nosso problema fiscal aumentou e muito. A dívida interna deu um salto na administração FHC de 60 para 300 bilhões de reais. Mesmo que nós consigamos vender o restante do patrimônio, o que não é tão fácil, não dá mais para pagar a dívida interna. O déficit público está na casa dos 7% da riqueza nacional. Será que a tal da modernidade Tucana dá tanta segurança mesmo? Será que estão levando o Brasil a um porto seguro, ainda que conservador?

Esse projeto pode ter uma continuidade muito dura, que signifique um movimento de maior centralização ainda dos recursos na mão da União, ao estilo da ditadura militar. E a reforma fiscal que o Brasil vai ter que passar pode significar ainda maior centralização de recursos, o

que significa dificuldades adicionais daquelas instituições que são financiadas pelo fisco estadual, como a universidade pública. A reforma tributária está aí em discussão. Que tipo de reforma tributária eles estão querendo promover? E eles têm um controle sobre o Congresso que faz com que eles não se sujeitem à posição do chamado movimento municipalista ou federativo no Brasil. Houve uma certa mobilização dos prefeitos mas que não se transformou numa reversão da tendência de centralizar os recursos em posse do governo federal.

A universidade é bola da vez no processo de privatização do Estado

Uma outra ação, que dependendo do resultado da eleição poderá ser tomada no país, é de cortes sociais e de direitos dos trabalhadores, do tipo privatização da aposentadoria. Nós estamos com uma lei de aposentadoria não totalmente votada ainda e quem garante que não pode vir uma lei muito mais dura, que pode significar, aos moldes de outros países da América Latina, a privatização da previdência? Quem garante que nós não corremos o risco de, já que o patrimônio público foi para o buraco, não privatizar a saúde, terminar com o sistema SUS, um sistema com dificuldades sérias no financiamento, mas em essência um sistema que reflete toda a nossa luta por

um sistema de saúde universalizado? Pode ocorrer um processo rápido de privatização da saúde no país, como já vem acontecendo. Mas se você tiver a privatização completa da saúde, uma camada da população que não tem acesso aos planos privados de saúde vai ficar sem nenhum amparo. E não tenham dúvida tam-



Foto: Leandro/Sidnei Pitoco
Da esquerda para a direita, Cesar Callegari, Zan (presidente da Adunicamp), José Baccarin

bém que neste processo de corte dos gastos do Estado que eles estão pensando em fazer no período seguinte, se eles tiverem força política para isso, a universidade será uma das bolas da vez, ou talvez a bola de vez. O processo de privatização já é intenso e podemos ter junto com esse processo de privatização a instituição da cobrança de mensalidades na universidade pública, descaracterizando-a totalmente. O tema autonomia eles continuam usando, um termo tão caro para nós, mas autonomia financeira, ou seja, cada universidade que se vire. Ela não tem autonomia para gerir os recursos orçamentários, tem autonomia para captar recursos na iniciativa privada ou cobrando mensalidade de seus alunos. Esse é o grande projeto, vocês sabem disso, que eles querem instituir num segundo momento. E diante das dificuldades fiscais do país, certamente eles vão tentar aprofundar esse projeto. Eu acho nesse sentido que a universidade pública paulista pode ocupar um espaço muito grande de discussão e de resistência. Tomara que não apenas de resistência mas, quem sabe, de construção de algo novo.

Eu acho que nós temos que organizar não só a comunidade universitária, os segmentos da universidade, os alunos, funcionários e professores, mas também as direções da universidade para um profundo debate em relação à universidade pública e ao seu papel. Entendo inclusive que nós temos condições, pela própria qualida-

de da universidade pública paulista, de continuarmos sendo um local onde a universidade procura se preservar enquanto entidade pública. Nesse sentido, eu penso que nós não podemos mais reduzir a nossa intervenção política junto à Assembléia Legislativa, junto à sociedade paulista, à discussão da LDO. Acho que esse processo, e falo isso pelos quatro anos em que estive na Assembléia Legislativa, foi muito rico mas de certa maneira nós esgotamos nossa participação, nossa capacidade de intervenção apenas aparecendo na Assembléia Legislativa para discutir o orçamento da universidade. Acho que a tarefa hoje da universidade paulista é muito mais ampla do que isso.

Temos que comprovar para a sociedade que o gasto com a universidade é importante

Eu gostaria de deixar algumas sugestões de temas que nós deveríamos estar - e aí eu insisto nisso - envolvendo as direções das universidades, as três reitorias, nesta discussão, uma ampla discussão aberta para a sociedade com alguns temas que eu acho que a universidade deveria começar a discutir o quanto antes. Um deles é a nossa participação no orçamento do Estado. Há uma discussão de que o Estado de São Paulo gasta muito com o ensino superior e isso é muito usado pelos representantes do governo até para justificar a tentativa de corte da verba da universidade. Eu acho que nós temos que abrir essa discussão. Verificar qual a nossa participação no orçamento do Estado, a participação do ensino de primeiro e segundo graus, abrir bastante essa discussão. Certamente a idéia que o Cesar coloca, da universidade se relacionar mais com os outros níveis de ensino, é importante para que a gente justifique os gastos que temos hoje. Essa discussão a gente não deve escamotear em nenhum momento. Nós temos que abrir e comprovar que é importante para a sociedade paulista e para a nação como um todo, o gasto que se tem com a universidade pública no Estado. Nós devemos também discutir a participação da União nos gastos com o ensino público superior em São Paulo, que é muito pequena.

É importante expandir o número de vagas no ensino superior público

Uma outra questão que a universidade paulista deveria discutir é a própria expansão do ensino superior em São Paulo. Hoje nós temos a seguinte realidade: das vagas oferecidas no Estado, 85% são oferecidas por instituições privadas (e esse percentual vem crescendo); 14% pelas instituições estaduais; e 1% apenas pelas universidades federais (as federais de São Paulo e São Carlos). Esse crescimento coloca algumas questões que a gente precisa entender um pouco melhor: estão sendo criadas várias faculdades que eu estou chamando de "fundo de quintal". Criou-se uma mentalidade em São Paulo de que cada cidade paulista tem que ter uma faculdade, independente do tamanho da cidade. Se identifica o progresso e desenvolvimento da cidade com a instalação de uma faculdade. É uma disseminação muito grande de faculdades, que na minha avaliação, estão apenas colaborando com o lucro de quem é proprietário dessa faculdade, muitas vezes formando pessoas sem nenhuma possibilidade de colocação no mercado de trabalho. Nós temos algumas profissões onde o número de profissionais é bem superior àqueles indicados pelas associações de classe. Vou dar um exemplo: Odontologia. No estado de São Paulo, para cada 500 habitantes tem um dentista. O recomendado é um dentista para cada 1,5 mil habitantes. Então estamos formando muita gente com a ilusão de ter acesso ao mercado de trabalho, e isso continua sem controle nenhum.

Está se expandindo o ensino superior sem maior controle, sem maior discussão social. A não ser os interesses dos proprietários dessas instituições privadas. É importante o esforço nesse tema de expansão do ensino superior das universidades públicas em aumentar suas vagas em cursos noturnos. Ainda nenhuma das três cumpre a Constituição estadual em oferecer 33% das vagas em cursos noturnos. Acho importante que as universidades discutam isso intimamente. Sabemos que há barreiras internas nas universidades estaduais paulistas, mas é necessário que se encontre alguma alternativa para que possamos ampliar as vagas em cursos noturnos.

É necessário melhorar o 2º grau público para reduzir o funil social de entrada na universidade pública

Eu quero sugerir um outro tema para discussão, que é o acesso à universidade pública, que é um outro argumento muito usado contra nós na defesa da cobrança de mensalidades. Trata-se do argumento de que a universidade pública abriga apenas a elite social. Ou seja, há um funil social de entrada na universidade pública. Eu acho que nós precisamos aprofundar essa discussão sem nenhum tipo de corporativismo, entendendo inclusive que nós devemos apresentar saídas para isso. E saída para isso significa melhoria no segundo grau público, talvez um outro tipo de vestibular. Eu acho que a universidade tem condição de aprofundar essa discussão.

A questão da autonomia

Eu gostaria de sugerir um outro tema que é a própria forma de financiamento da universidade pública paulista. A intervenção nossa apenas na LDO é muito precária, muito pequena diante dos nossos desafios. E a gente tem que começar a pensar em como garantir a autonomia universitária, autonomia de gestão orçamentária que nós tanto lutamos. Simplesmente ano a ano, você ter que discutir a sua porcentagem no orçamento, eu acho que isso já se esgotou. Qual passo que nós vamos dar à partir daí? O deputado Cesar Callegari tem um projeto de inscrever na Constituição do Estado a participação da universidade pública no orçamento. Isso é o mais adequado ou o que nós queremos?. Uma participação que dure alguns anos, que seja discutida, por exemplo, de quatro em quatro anos, que você garanta pelo menos por um período uma participação fixa da universidade no orçamento do Estado, o que depois de algum período possa ser reavaliado? Tenho certeza que nós vamos passar por um período de muita dificuldade, e que nesse período a universidade certamente vai continuar sendo questionada. Eu quero que a gente tenha força política, inclusive eleitoral, para reforçar a defesa da universidade pública, mas acho que independente do resultado eleitoral deste ano, a universidade tem, inclusive diante do amortecimento geral da nação, o papel de fomentar a discussão, de estimular a participação, fazer com que as pessoas se mobilizem um pouco mais na defesa de um patrimônio, de uma instituição que é muito importante para um outro projeto de nação. Eu sei que está muito difícil, eu sou professor da Unesp e sinto, especialmente entre os professores, um desânimo, mais do que entre os funcionários e alunos. Sinto inclusive que alguns professores já jogaram a toalha, já desistiram da universidade pública, mesmo porque muitos estão sendo atraídos pelas instituições privadas, mas acho que ainda é o momento de reação, e a universidade pública paulista pode ocupar um papel importante neste debate e na defesa do ensino público superior e gratuito no país.